



MUNICÍPIO DE IGARASSU

Gabinete do Prefeito

Projeto de Lei N° 010/2012

2.800/2012

LIDO NO EXPEDIENTE

Em 11/12/2012
Ponto da Câmara Municipal



EMENTA: atualiza a Lei 2.202 de 02 de Fevereiro de 1996 que cria o Conselho Municipal de Assistência Social de Igarassu - COMASIG e dá outras providências.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art.1º - O Conselho Municipal de Assistência Social de Igarassu, de sigla:COMASIG, órgão de deliberação colegiada, paritário, de caráter permanente e de âmbito municipal, vinculado a Secretaria do Trabalho Desenvolvimento Social e Cidadania, de sigla: STDSC. Responsável pela Gestão da Política Municipal de Assistência Social.

Art.2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao COMASIG:

- I. Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, e com as diretrizes estabelecidas pela Conferência Municipal de Assistência Social, acompanhando a sua execução;
- II. Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar o Plano Municipal de Assistência Social e acompanhar a sua execução;
- III. Zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades e efetiva participação dos segmentos de representação no COMASIG;
- IV. Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;
- V. Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos da esfera de governo estadual e/ ou federal, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;
- VI. Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio-assistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal;
- VII. Aprovar o plano de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);
- VIII. Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social de âmbito municipal e propor ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS o cancelamento de registro das mesmas que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4º da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;
- IX. Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da Assistência Social, para a proteção social básica e a proteção social especial;

Aprovado em

Por Mary Mota
Sala das sessões

Presidente da C.M. Iga.

Aprovado em

Por Mary Mota
Sala das sessões

Presidente da C.M. Iga.